

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Teresina/Pi MARÇO/2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Teresina/Pi MARÇO/2011

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
Introdução	17
1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual	19
2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	20
2.1 – Responsabilidades Institucionais	20
2.1.1 – Competência Institucional	20
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	20
2.2 – Estratégia de Atuação frente às responsabildiades institucionais	22
2.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou órgão em que a unidade estar	22
inserida	22
2.2.2 – Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	24
2.3 - Programas de governo sob à responsabilidade da unidade	
· ·	25
2.3.1 – Execução dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ	25
2.3.1.1 – Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social	25
2.3.1.2 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	26
2.3.1.3 – Programa 0662 – Prevenção e repressão à criminalidade	26
2.3.1.3.1 – Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio	27
2.3.1.3.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	28
2.3.1.3.3 – Ação 2726 – Prevenção e Rep. a Crimes Praticados contra Bens, Serv. e Int da União	28
2.3.1.3.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	34
e Requalificação	
2.3.1.3.5 – Ação 4679 – Serviço de Proteção ao depoente especial	35
2.3.1.4 - Programa 0750 - Apoio Administrativo	35
2.3.1.5 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal	36
2.3.1.6 – Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	37
2.3.1.6.1 – Ação 20EV – Enfretamento ao crack e outras drogas	37
2.3.1.6.2 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	38
2.3.2. – Execução Física das ações realizadas pela UJ	38
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro	
	38
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa	38
2.4.1.1 – Programação de despesas correntes	39
2.4.1.2 – Programação de despesas de capital	39
2.4.1.3 – Quadro resumo da programação de despesas	39
2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesas	39
2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	39
2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por movimentação	39
2.4.2.2.1 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	40
2.4.2.2.2 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos p/r	41
movimentação	
2.4.2.2.3 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos p/	42
movimentação	
2.4.3 – Indicadores Institucionais	42
3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO OU	43
RECURSOS	
3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	43
4 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
4.1 – Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	43
4.2 – Análise crítica	43
5 – RECURSOS HUMANOS	44
5.1 – Composição do quadro de servidores ativos	44
5.1 – Composição do quadro de servidores ativos	44

5.2 – Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	45
5.3 – Composição do quadro de estagiários	46
5.4 – Quadro de custos de recursos humanos	46
5.5 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	47
5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	48
6 – TRANSFERÊNCIAS	48
6.1 – Transferências efetuadas no exercício	48
6.2 – Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo	48
7 – DECLARAÇÃO RELACIONADAS ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV	48
8 – INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E	48
RENDAS	
9 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	48
9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	48
10 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	50
10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	50
11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	51
11.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	51
11.2 – Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	51
12 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	52
12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	52
13 – UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	52
14 – INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	53
15 – DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	53
16 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	53
17 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	54

ANEXOS	
ANEXO I – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II D	A DN TCU
N°107/2010	56
ANEXO II – INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II D	OA DN TCU
N°107/2010	57
ANEXO III – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA	PARTE "B"
DO ANEXO II DA DN TCU N°107/2010	58

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AFIS - Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais

APEGR - Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos

CEF – Caixa Econômica Federal

CGCOR – Coordenadoria Geral de Correições

CGPFAZ - Coordenadoria Geral de Polícia Fazendária

CGU - Controladoria Geral da União

CIGE – Centro Integrado de Gestão Estratégica

COAD - Coordenadoria de Administração

COAIN - Coordenadoria de Assuntos Internos

COGER - Corregedoria Geral de Polícia

CRH - Coordenadoria de Recursos Humanos

CTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação

CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais

CSR – Comissão Regional de Segurança

DCOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado

DELEFAZ - Delegacia de Repressão aos Crimes Fazendários

DELEMIG - Delegacia de Imigração

DELEPREV – Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários

DELEMAPH – Delegacia de Rep a Crimes Contra o Meio ambiente e Patrimônio Histórico

DG/DPF – Direção Geral do Departamento de Polícia Federal

DGP - Diretoria de Gestão de Pessoal

DPAG - Divisão de Pagamento

DIP – Divisão de Inteligência Policial

DIREX - Diretoria Executiva

DITEC - Diretoria Técnico-Científica

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA

DPF/PHB/PI – Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI

DPFnet - Rede de informática do Departamento de Polícia Federal

DPREV - Divisão de Repressão aos Crimes Previdenciários

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes

DREX - Delegacia Regional Executiva

FPE – Fundo de Participação do Estado

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FTPrev – Força Tarefa Previdenciária

FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GAB - Gabinete

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IFPI – Instituto Federal de Tecnologia do Piauí

IN - Instrução Normativa

INC – Instituto Nacional de Criminalística

INI – Instituto Nacional de Identificação

INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social

INTERPOL – Polícia Internacional

INTEGRAPOL - Sistema de Radiocomunicação Digital da Polícia Federal

IPL - Inquérito Policial

LOA - Lei Orçamentária Anual

NID - Núcleo de Identificação

NIP - Núcleo de Inteligência Policial

OMP - Ordem de Missão Policial

OSA – Ordem de Serviço Administrativo

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

PIB - Produto Interno Bruto

Port. - Portaria

PPA - Plano Plurianual

PRF - Polícia Rodoviária Federal

RG – Relatório de Gestão

RP - Restos a Pagar

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal

SIGEPOL - Sistema de Gerenciamento Policial

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas

SR/DPF/PI - Superintendência Regional do DPF no Piauí

SR/PI – Forma compacta de Superintendência Regional do DPF no Piauí

TCU - Tribunal de Contas da União

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UG - Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO - Unidade Orçamentária

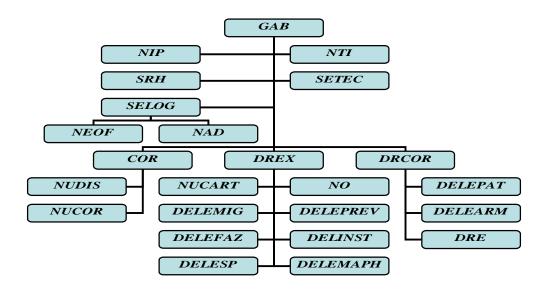
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN	56
TCU N°107/2010	
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN	57
TCU N°107/2010	
III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DAPARTE	58
"B" DO ANEXO II DA DN TCU №107/2010	

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Do Piauí está estruturada em duas Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e Delegacias de Polícia Federal em Panaíba.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/PI é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos SRH;
- d) Setor Técnico-Científico SETEC:
- e) Setor de Administração e Logística Policial SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira NEOF;
 - 2. Núcleo Administrativo NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva DREX:
 - 1. Núcleo de Cartório NUCART;
 - 2. Núcleo de Operações NO;
 - 3. Delegacia de Polícia de Imigração DELEMIG;
 - 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários DELEPREV;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional DELINST;
 - 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada DELESP;
 - 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado DRCOR:
 - 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio DELEPAT;
 - 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas DELEARM;
 - 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal COR;
 - 1. Núcleo de Disciplina NUDIS; e
 - 2. Núcleo de Correições NUCOR

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se afirmar que o papel desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Piauí é contribuir com o cumprimento da missão do Departamento em nível regional, tanto como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa. Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí:
- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Parnaíba, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Piauí, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais:
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Piauí;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/PI e da DPF/PHB/PI.

Em adição, destacam-se abaixo as atribuições das principais unidades que compõem a SR/DPF/PI, conforme disposto na IN nº 13/2005-DG/DPF.

I - À Delegacia Regional Executiva compete:

- a) propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;
- b) planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;
- c) controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;
- d) acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;
- e) articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;
- f) orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;
- g) distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

- h) distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;
- i) homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;
- j) controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- k) controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;
- l) controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;
- m) elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;
- n) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;
- o) controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- p) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.
- II À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:
- a) distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;
- b) planejar e executar o Plano de Correições;
- c) decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;
- d) promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;
- e) determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;
- f) controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;
- g) decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;
- h) submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;
- i) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.
- III À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:
- a) propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

- b) planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;
- c) controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;
- d) articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;
- e) orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;
- f) distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;
- g) distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;
- h) controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- i) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;
- j) homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;
- k) controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;
- 1) controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;
- m) controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;
- n) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;
- o) promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

IV – ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

- a) elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;
- b) acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- c) promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;
- d) planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;
- e) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- f) propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e

simplificação de rotinas e processos de trabalho;

- g) elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;
- h) adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;
- i) dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;
- j) propor a suplementação de créditos;
- k) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidandoos e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

V - Ao Setor Técnico-Científico compete:

- a) planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;
- b) remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;
- c) colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;
- d) promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;
- e) propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;
- f) promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;
- g) organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;
- h) expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;
- i) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidandoos e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

VI - ao Setor de Recursos Humanos compete:

- a) executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência;
- b) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais;
- c) executar e controlar os assentamentos individuais referentes à freqüência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias;
- d) propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho;
- e) atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva;
- f) expedir declarações funcionais;
- g) elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias;

- h) organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal;
- i) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidandoos e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

VII - ao Núcleo de Tecnologia da Informação compete:

- a) executar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência;
- b) orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas às atividades de telecomunicações e informática emanadas das unidades centrais;
- c) executar, controlar e fiscalizar o emprego dos recursos de telecomunicações e informática das unidades descentralizadas;
- d) executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações;
- e) acompanhar, controlar e promover as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e configurações de informática locais;
- f) efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet;
- g) orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de telecomunicações e de informática;
- h) executar as atividades relacionadas com transmissão e recepção de mensagens;
- i) prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência;
- j) propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;
- k) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidandoos e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CTI/DLOG.

VIII - ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

- a) executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem com apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;
- b) produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;
- c) manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- d) centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
- e) elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;
- f) coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;
- g) compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos

demais membros:

- h) manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;
- i) executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;
- j) cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;
- k) produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;
- l) registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;
- m) manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;
- n) ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;
- o) cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;
- p) controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;
- q) proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;
- r) proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;
- s) selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;
- t) indicar ao Superintendente servidores para estágios e cursos na área de inteligência;
- u) elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;
- v) implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;
- w) expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;
- x) enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

IX - À Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba compete:

- a) planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;
- b) elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo

em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

- c) administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais:
- d) apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;
- e) cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;
- f) propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;
- g) consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;
- h) dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí no ano de 2010, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e ainda das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº. 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados na parte A do Anexo II da DN-TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, transferências, declaração referente a contratos no SIASG, declaração relacionada à entrega das declarações de bens e rendas, informações quanto ao sistema de controle interno e sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informações quanto ao uso dos cartões de pagamento do governo federal e quanto a determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os item 14 da parte A, 2 a 5 da parte B, 1 a 3, quadros II.C.1 a II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 15 e 16 do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período, tendo em vista que não se registrou deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula, nem tão pouco recomendações realizadas pela unidade de controle interno.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí é uma unidade descentralizada do Departamento de Polícia Federal e está estruturada em duas Unidades Operacionais: a Sede da Superintendência, em Teresina, e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

O estado do Piauí está localizado na região Nordeste, possui 251.529 Km² e faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão; a divisa com o Maranhão é a maior – 1.492 km - e a com o Tocantins, a menor - 21 km. O litoral no Oceano Atlântico é o menor entre os estados litorâneos - 66 km.

Em que pese a sensível melhora da situação econômica experimentada a partir de meados dos anos 1990, o Piauí ainda se mantém como um dos estados mais pobres do Brasil: é o quinto menor PIB – Produto Interno Bruto - e o terceiro menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Por essa razão, os repasses de recursos federais (FPE, FPM, FUNDEF, FUNDEB e outros) ainda representam parcela preponderante das receitas estaduais e municipais, da mesma forma que os benefícios da Previdência Social e os programas de transferência de renda do governo federal ainda representam a maior parcela na composição da renda das famílias piauienses.

O acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União tem se constituído num dos principais alvos da atenção dos organismos federais de controle e, por conseqüência, uma importante prioridade para a atuação da Polícia Federal no Estado.

De outra sorte, o peculiar alongamento do território, as divisas extensas com Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão, a disposição da malha viária e a quase equidistância de médios centros populacionais - Belém/PA, São Luís/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, conferem ao estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços.

Atenta a essa condição, a Polícia Federal vem empreendendo ações proativas e reativas para reprimir a utilização do estado como rota para as diversas formas de tráfico e a circulação irregular de mercadorias.

Nesse contexto, a estratégia de atuação da Superintendência Regional do DPF no Piauí ao longo deste decênio tem focado o combate à corrupção, aos desvios de recursos federais, às fraudes contra a previdência e ao tráfico, ao contrabando e ao descaminho.

Assim, buscando neutralizar os efeitos nocivos das ações empreendidas pelos agentes da criminalidade no estado do Piauí, no exercício de 2010 as realizações da gestão desta projeção regional da Polícia Federal foram direcionadas para o incremento da atividade operacional em toda a área de sua circunscrição, aumento da produtividade na atividade cartorária e melhoria das condições de trabalho tanto na sede, em Teresina, quanto na Delegacia de Parnaíba.

O resultado desse esforço pode ser comprovado na observação dos dados estatísticos do exercício, que registraram acréscimo de 225% no número de operações policiais de grande porte e de 128% na produtividade cartorária, significando dizer que para cada 100 novos inquéritos instaurados a SR/DPF/PI e DPF/PHB/PI efetuaram a conclusão de 128 inquéritos antigos.

Os números resultantes do incremento das ações proativas (operações policiais) em 2010 ensejaram a emissão de 695 ordens de missão policiais no interesse dos procedimentos instaurados, cumprimento de 120 mandados de busca e apreensão e 56 prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 742 (setecentos e quarenta e dois) inquéritos policiais, relatados 852 (oitocentos e cinqüenta e dois) e ficaram em andamento 1.039 (um mil e trinta e nove), envolvendo um total de 693 (seiscentos e noventa e três) indiciados.

Além das diligências policiais e demais atividades desenvolvidas no âmbito de sua circunscrição, foi possível ainda à SR/DPF/PI enviar policiais de seu efetivo para atender à demanda de compromissos firmados junto à Direção Geral do DPF de participação em outras operações de caráter contínuo, conduzidas pelo Órgão Central em outras Unidades da Federação.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram, sem sombra de dúvida a gestão de recursos econômicos escassos, associados a um contingente de pessoal reduzido para atender a grande demanda de serviços reclamada pela sociedade, quer no que tange às atividades de polícia administrativa ou judiciária da União quer no que se refere às relacionadas à prevenção e/ou repressão dos ilícitos, fato este que se constitui num constante desafio para todos os órgãos de segurança no país.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são a construção de uma nova sede em Teresina, objetivando melhorar a acomodação dos diversos setores, bem como propiciar aos servidores condições de trabalho mais dignas, na área administrativa; promover gestões junto à Diretoria de Gestão de Pessoal visando o aumento do efetivo policial e de servidores administrativos, na área de gestão de pessoal e aprimorar o serviço de inteligência policial, bem como prosseguir na modernização e reequipar o aparelho policial para maximizar os resultados da luta contra os agentes da criminalidade.

A- Conteúdo Geral

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vi	nculação	uc Ocstao murvi	uuai			
Poder: Executivo	incuração -					
	o: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316			
Identificação da Unio						
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí						
Denominação abrevi						
Código SIORG: 115		o se aplica Co	ódigo SIAFI: 200081			
Situação: Ativa	Ι υ	*				
Natureza Jurídica: Ó	rgão Público do Poder Executi	ivo Federal				
	Segurança e Ordem Pública		ódigo CNAE: 8424-8/00			
Telefones/Fax de con	ntato: (086) 2106-4972	(086) 2106-4990	(086) 3223-0556			
E-mail: gab.srpi@dp	of.gov.br					
Página na Internet: h	nttp://www.dpf.gov.br					
Endereço Postal: Av	. Maranhão 1022, Centro/Nort	e, CEP: 64000-01	10 – Teresina/Piauí			
Normas relacionadas	s à Unidade Jurisdicionada					
Normas de criação e	alteração da Unidade Jurisdic	ionada				
- Art. 144 da Constit	tuição da República Federativa	do Brasil de 1988	3.			
- A SR/DPF/PI foi C	Criada como Sub-Delegacia Re	egional pela Port.	182, de 29/04/65, Boletim de			
	04/05/65, foi transformada em					
	levada para Superintendência l		t. 039/75, BS. 052/75.			
	do pela Lei Complementar 89,					
	legais relacionadas à gestão e e	estrutura da Unidad	de Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, d						
	IJ, de 24.11.2009, que aprova					
Manuais e publicaçõ	ses relacionadas às atividades d	la Unidade Jurisdi	cionada			
Unidadas Castanas a	Gestões relacionadas à Unida	da Tuniadi ai anada				
	elacionadas à Unidade Jurisdic					
		TOHAUA				
Coulgo SIAFI	Nome					
Gestões relacionadas	s à Unidade Jurisdicionada					
	Nome					
200390	TESOURO					
200391	FUNAPOL					
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões						
Código SIAFI da Un		Código SIAFI da	Gestão			
<u> </u>		J				
		I				

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Piauí.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve "apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo §1°, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 – Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 –SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários – oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999). Assim, a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Piauí exerce, direta ou indiretamente, todas essas atividades no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apóiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir –, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis. Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem ser

formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

Isto, posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

A) Plano Estratégico, composto por:

- I Histórico;
- II Negócio;
- III Missão;
- IV Visão;
- V Valores;
- VI Fatores Críticos de Sucesso;
- VII Políticas Corporativas;
- VIII Macro Objetivos;
- IX Objetivos Institucionais; e
- X Ações Estratégicas.
- B) Portfólio Estratégico, composto de:
- I Objetivos Institucionais; e
- II Ações Estratégicas.
- A) Mapa Estratégico, composto de:
- I − Missão;
- II Visão:
- III Perspectivas;
- IV Macro Objetivos;
- V Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e VI Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Entretanto, durante os dez primeiros meses de 2010, os objetivos da Polícia Federal estavam representados unicamente em seu Plano Estratégico. Nesse descortino, para efeito do período abrangido por este Relatório de Gestão, os objetivos estratégicos do DPF são:

1. ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Descrição: Adequação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do DPF ao desempenho de suas atribuições legais.

2. ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS

Descrição: Organização dos recursos materiais do DPF, adequando-os à sua funcionalidade institucional.

3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DPF COM OS SEUS PROCESSOS

Descrição: Compatibilizar a estrutura organizacional do DPF com os seus processos, buscando a excelência, celeridade e efetividade, maximizando os recursos disponíveis, de modo a

obter os melhores resultados.

4. DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E DEFESA INSTITUCIONAL

Descrição: Divulgação da missão, valores e resultados do trabalho do DPF, junto aos públicos interno e externo, adequando qualitativa e quantitativamente sua sistemática à sua destinação legal.

5. ORDENAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Descrição: Ordenação qualitativa e quantitativa dos recursos do DPF ao seu planejamento orçamentário e financeiro.

6. COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Descrição: Promover ações de cooperação com instituições e órgãos parceiros, nacionais e estrangeiros.

7. APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DE C&T

Descrição: Melhor aproveitamento dos recursos científico-tecnológicos disponíveis, fortalecendo o DPF no desempenho de suas atribuições legais.

8. MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Descrição: Envidar os esforços necessários, a fim de manter e atualizar o Plano Estratégico do DPF.

9. IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE QUALIDADE TOTAL - GQT

Descrição: Fazer do DPF um modelo de gestão pública, reduzindo, simplificando, melhorando e informatizando todos os processos administrativos internos, bem como os associados à prestação de serviços ao público.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência do Piauí seguiu seu plano estratégico, priorizando os seguintes objetivos:

1. AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NA ATIVIDADE CARTORÁRIA

Seguindo a linha de atuação da COGER – Corregedoria Geral da Polícia Federal, a SR/PI e Delegacia de Parnaíba se esmeraram no objetivo de melhorar sua produtividade no que se refere ao percentual de investigações concluídas em relação a investigações iniciadas. A COGER elegeu como meta o percentual de 124%, ou seja a cada 100 novos Inquéritos Policiais, as unidades da Polícia Federal deveriam concluir 124 Inquéritos antigos.

Para atingir esse objetivo foram adotadas as seguintes medidas:

- a) Realização de cartórios itinerantes, ou seja o deslocamento de equipe policial para o interior do Estado com o objetivo de agilizar a instrução dos Inquéritos Policiais;
- b) Reforço de pessoal para a DPF/PHB, objetivando alavancar o desempenho da unidade;
- c) Priorização das atividades cartorárias e motivação dos servidores, buscando o atingimento da meta.

Como resultado desse esforço, a SR/PI de um desempenho de 102% no ano de 2009 saltou para 117% no ano de 2010, e a DPF/PHB de um desempenho de 18% no ano de 2009 (o segundo pior desempenho de todas as unidades do DPF) para 193% em 2010 (o terceiro melhor desempenho de todas as unidades do DPF no país), resultando em uma média conjunta de 128%, superando, portanto a meta de desempenho da COGER.

2. MELHORIA DO AMBIENTE INTERNO DA UNIDADE REGIONAL

Buscou-se a melhoria do ambiente interno da SR/DPF/PI e da DPF/PHB através da democratização da gestão, coleta de opiniões, descentralização do poder de decisão, para tanto foram adotadas as seguintes medidas:

- a) Criação de comissões participativas a exemplo da COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO, COMISSÃO MOTIVACIONAL, COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO e da COMISSÃO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE.
- b) Realização de reuniões com o efetivo.
- c) Diálogo com as entidades de classe.
- d) Alteração do quadro de chefias.
- e) Valorização das chefias através da delegação de poder.

Tais medidas permitiram um convívio harmonioso entre os servidores da unidade regional durante o ano de 2010, resultando em uma sensível melhora no ambiente interno, refletindo diretamente no desempenho da SR/PI e sua descentralizada.

No âmbito da Comissão de Modernização, foram aprovadas e implementadas diversas medidas como: Atualização da Página da Intranet, implantação do sistema SIGEPOL, implantação do tarifador de ligações telefônicas, implantação do ponto eletrônico, mudança do horário com a finalidade de economizar energia elétrica, etc.

A Comissão motivacional implementou ações como: Pesquisa motivacional, realização de confraternizações, homenagem a servidores removidos, etc.

A Comissão de Reestruturação, adotadou medidas de consenso objetivando a mudança física de unidades dentro da SR/PI, como a mudança da localização do GAB/DREX, SINARM, DELEPREV, DELEFAZ etc.

A Comissão para Construção da Nova Sede, com o apoio da Prefeitura do Município de Teresina, viabilizou a confecção de Projeto Básico objetivando a futura contratação de Projeto Executivo e construção da nova sede.

3. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA UNIDADE REGIONAL.

Buscou-se a realização de melhorias físicas e estruturais, com o objetivo de melhor atender o cidadão e a comodidade dos servidores, para tanto foram adotadas as seguintes medidas:

- a) Por sugestão da Comissão de Reestruturação, foram realizadas mudanças no layout, transferindo-se o GAB/DREX para o pavimento superior do bloco frontal do edifício e acomodando em seu lugar o SINARM e SICAF, por considerar que a localização desses serviços em área próxima à entrada principal do prédio facilitaria em muito o atendimento, já que os visitantes não precisariam adentrar aos ambientes mais internos da Superintendência.
- b) Formalizou-se compromisso com a INFRAERO, no sentido de que esta viabilizasse a cessão de uma área de aproximadamente 70 m2 no Aeroporto da cidade de Teresina, com a finalidade de transferir a DELEMIG para a área destinada. Esta medida permitirá um melhor atendimento ao público e conforto aos servidores, bem como mais segurança ao

servidor atualmente lotado no Posto de Atendimento do Aeroporto, que trabalha isolado naquela unidade e com a transferência da DELEMIG passará a contar com o necessário apoio;

- c) Fora realizada ampliação do horário de atendimento da DELEMIG, para garantir atendimento ininterrupto ao cidadão que busca o atendimento na delegacia, principalmente na confecção de passaportes, com horário de funcionamento das 07:00 horas da manhã até às 19:00 horas da noite.
- d) Através do SELOG e do Grupo de Engenharia foram viabilizadas diversas reformas estruturais na DPF/PHB e na SR/PI.
 - 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

É de conhecimento público que as organizações criminosas não poupam esforços para diversificar o modus operandis de sua atuação, de modo a burlar as normas de vigilância bem como fugir do controle social imposto pela organização social e política que a sociedade vem construindo no sentido de promover o bem estar de seu povo.

O desafio que se impõe ao aparelho policial do Estado é justamente o de empreender ações de inteligência para descobrir o modo de organização e atuação do crime organizado, a fim de poder modernizar e reaparelhar as instituições de prevenção e combate, de modo a assegurar o bem estar e a manutenção da ordem social vigente, tarefa que exige também não pouco investimento por parte dos órgãos governamentais. Apesar de a conjuntura mundial neste momento impor limitações que resultam na escassez de recursos econômicos para investimentos nos diversos setores da atividade pública – fato também vivenciado pelo Brasil nesse momento, o Departamento de Polícia Federal assim como outras instituições de segurança do país tem experimentado avanços significativos em sua missão institucional de garantir a ordem pública e a segurança da sociedade nacional.

No Piauí, a projeção da Polícia Federal não tem sido diferente. Durante o exercício de 2010 a gestão da Superintendência Regional apresentou resultados satisfatórios, se considerado o quadro de escassez econômica frente aos desafios que a demanda pelos serviços da instituição trouxe no âmbito da realidade local. Os desafios do presente impulsionaram a Administração Regional a traçar como objetivos da gestão em 2010 o incremento da atividade operacional, o aumento da atividade cartorária, a melhoria do ambiente interno da unidade regional e a melhoria das condições de trabalho. Para tanto, foram adotadas diversas medidas como:

- a) Reestruturação das Delegacias Especializadas da sede e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI;
- b) Realização de palestras com o objetivo de difundir conhecimentos relacionados ao combate ao crime organizado. Nesse intuito, foi viabilizada a vinda do Delegado de Polícia Federal CUSTÓDIO, então Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado da Superintendência Regional de Mato Grosso, o qual ministrou palestra para o público interno desta Regional; bem como nos órgãos: Ministério Público Federal, Justiça Federal, Tribunal de Contas do Estado, relacionada à atuação do órgão no combate ao desvio de recursos públicos, além de participação em palestras da ABIN Agência Brasileira de Inteligência.
- c) Liberação de servidores para participação em diversos cursos em Brasília e em outras unidades da Federação, objetivando o aprimoramento da atividade de combate ao crime.
- d) Aproximação com as demais instituições participantes da atividade de repressão ao crime, a exemplo da Justiça Federal, Justiça Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, CGU Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Secretaria de

Fazenda Estadual, Receita Federal, etc., medida que redundou na realização de trabalhos conjuntos que em muito otimizaram a atuação da SR/PI quanto ao seu desempenho operacional.

e) Realização de operações de grande vulto, com o apoio do órgão central e participação de policiais federais de outras unidades da Federação, resultando no desbaratamento de organizações criminosas, bem como prisão de elementos de conduta nociva aos interesses da sociedade.

Essas medidas, dentre outras, determinaram que a SR/DPF/PI superasse em muito seu desempenho operacional, pois, a título de exemplo, no ano de 2009 foram realizadas 04 (quatro) operações especiais no âmbito desta regional, contra 09 (nove) desencadeadas no exercício de 2010, redundando em um acréscimo operacional da ordem de 225%.

- 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade
 - 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ
 - 2.3.1.1) Programa 0087 Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087

	Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 008/								
	Identificação do Programa de Governo								
Código n	Código no PPA: 0087 Denominação: Gestão da Política de Previdência Social								
Tipo do	Programa	: Apoio às Políticas	Públicas e Áreas l	Especiais					
Objetivo	Geral: In	nplementar uma poli	ítica previdênciária	a justa e sustent	tável.				
Objetivo	s Específi	cos: Coordenar o pl	anejamento e a for	mulação de pol	líticas s	setoriais	e a avaliaçã	o e co	ntrole dos
programa	as na área	de previdência socia	1.	_			_		
Gerente	Carlos A	ugusto Simões Gonç	alves	Responsável:	n/d				
Público .	Alvo: Gov	erno							
									Em R\$
		Informações o	rçamentárias e fi	nanceiras do F	Prograi	ma			1,00
	Dota	ıção¹	Despesa	Despes	a	Resto	s a Pagar	Vol	lores Pagos
Ini	cial	Final	Empenhada	Liquida	da	não pr	ocessados	v al	lores r agos
n	/a	n/a	37.048,46	3.8	42,91		33.205,91		3.842,91
		Inf	ormações sobre o	s resultados al	lcançad	los			
	Indic	ador (Unidade		Referência			Índice	:	Índice
Ordem		medida)	Data	Data Índice inicial Índice final exercício			atingido no exercício		
1		n/d	n/a	n/a	n	/a	n/a		n/a
Fórmula	Fórmula de Cálculo do Índice								
n/a									
Análise o	do Resulta	ado Alcançado							
n/a		•							
11/ U									

Fonte: SIGPLAN/SIAFI GERENCIAL

Projeto/Atividade 8452 – Combate as fraudes de natureza previdenciária - Os créditos utilizados neste programa estão relacionados às diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas ao Curso de Gestão em Matéria Previdenciária (ocorrido em Curitiba/PR no período de 20 a 26/06), ao I Curso de Gestão de Operação de Inteligência Previdenciária (ocorrido em Brasília/DF durante o período de 07 a 12/11) e III Encontro de Forças-Tarefas Previdenciárias da Região Nordeste (ocorrido em Fortaleza/CE no período de 24 a 27/11). Tais eventos pertencem ao calendário da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários com o objetivo de capacitar os chefes das Forças Tarefas Previdenciárias FTPrev e Deleprev. Os créditos também foram utilizados para a realização dos serviços de reforma em 02 (duas) salas em imóvel pertencente à Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI, a fim de possibilitar a constituição do Grupo de Repressão de Crimes Previdenciários naquela Delegacia.

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

	uadio A.								
			dentificação do Pr						
	no PPA: 0		nação: Previdência		Pension	istas da	União		
Tipo do	Programa	: Apoio às Políticas	Públicas e Áreas E	Especiais					
Objetivo	Objetivo Geral: não possui								
Objetivo	os Específi	cos: Assegurar os be	enefícios previdenc	iários legalme	nte esta	belecid	os aos servi	dores	inativos da
União e	seus pensio	onistas e dependente	s.	-					
Gerente	: não possi	ıi		Responsável:	n/d				
Público	Alvo: Serv	vidores públicos fede	erais titulares de car	rgo efetivo, sei	vidores	s inativo	s, depender	ntes e	pensionistas
		•		<u> </u>					Em R\$
		Informações o	rçamentárias e fin	anceiras do P	rograr	na			1,00
	Dota	ıção ¹	Despesa	Despesa	a	Restos	s a Pagar	₹7	1 D
Ini	icial	Final	Empenhada	Liquidad	da				iores Pagos
n	ı/a	n/a	28.192,93	28.1	92,93	_	-		28.192,93
		Inf	ormações sobre os	resultados al	cançad	los			
	T 11	1 (11 1 1	J	Referência			Índice	;	Índice
0.1	Indic	ador (Unidade	D 4	Índice	Índia	o final	previsto	no	atingido no
Ordem		modida)			Indica final F				
Ordem		medida)	Data	inicial	marc	e iiiai	exercíci	io	exercício
Ordem		medida) Taxa de	Data	inicial	Illuic	e IIIIai	exercíci	io	exercício
Ordem		,	Data	inicial	maic	e iiiai	exercíci	io	exercício
Ordem	Compi	Taxa de	Data	inicial	mate	e iiiiai	exercíci	io	exercício
Ordem 1	Compi	Taxa de rometimento da	Data n/d	inicial n/d	marc	n/d	exercíci	n/d	exercício n/d
1	Compi Receita	Taxa de rometimento da Líquida da União			maic		exercíci	-	
1 Fórmula	Compr Receita l a de Cálcu	Taxa de rometimento da Líquida da União (%)	n/d	n/d		n/d		n/d	n/d
1 Fórmula Relação	Compi Receita I a de Cálcu percentual	Taxa de rometimento da Líquida da União (%) lo do Índice	n/d	n/d e pensionistas	s e a re	n/d	orrente líqui	n/d	n/d u União, onde
1 Fórmula Relação despesa	Compi Receita I a de Cálcu percentual	Taxa de rometimento da Líquida da União (%) lo do Índice entre a despesa líq	n/d	n/d e pensionistas	s e a re	n/d	orrente líqui	n/d	n/d u União, onde
1 Fórmula Relação despesa segurida	Compression Receita a de Cálcu percentual líquida = de social	Taxa de rometimento da Líquida da União (%) lo do Índice entre a despesa líq	n/d	n/d e pensionistas	s e a re	n/d	orrente líqui	n/d	n/d u União, onde
I Fórmula Relação despesa segurida Análise	Composite Receita de Cálcu percentual líquida = de social do Resulta	Taxa de rometimento da Líquida da União (%) lo do Índice entre a despesa líq despesa com apose	n/d uida com inativos ntadorias e pensõe	n/d e pensionistas s deduzido o	s e a re valor t	n/d eceita co total da	orrente líqui contribuiçã	n/d	n/d u União, onde

Fonte SIGPLAN/SIAFI GERENCIAL

Projeto/Atividade 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis - Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a auxílio funeral concedido a servidores aposentados desta Superintendência Regional.

2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662

	Identificação do Programa de Governo								
Código 1	10 PPA: 0	Denomir Denomir	nação: Prevenção e	Repressão à C	Crimina	lidade			
Tipo do Programa: Finalístico									
Objetivo	Geral: Fo	ortalecer e integrar a	s instituições de se	gurança públic	a e jus	tiça			
Objetivo	s Específi	cos: Reduzir a crimi	inalidade, intensifi	cando o comba	te às o	rganizaç	ões crimino	sas e	aos crimes
sob a cor	npetência	da União							
Gerente	não possu	ıi		Responsável:	n/d				
Público .	Alvo: Soci	edade							
									Em R\$
		Informações o	rçamentárias e fii	nanceiras do F	Prograi	ma			1,00
	Dota	ção¹	Despesa	Despes	a	Restos	s a Pagar	T/o	lores Pagos
Ini	cial	Final	Empenhada	Liquida	da	não pr	ocessados	Va	lores r agos
n	/a	n/a	1.205.138,81	1.204.2	258,81		880,00		1.204.258,81
		Inf	ormações sobre o	s resultados al	lcançad	los			
	India	ador (Unidade]	Referência ²			Índice		Índice
Ordem		medida)	Data	Índice francisco previsto no ating		atingido no			
		medida)	Data	inicial	inicial Índice final		exercíci	o^2	exercício ³
	Prazo de Conclusão de								
1	Inquér	itos Policiais na	01/12/2006	79,00		70,00	7:	2,00	103

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

	Polícia Federal (dias)					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo n	nédio gasto entre a abertura e c	onclusão de inquér	ritos policiais n	a Polícia Feder	al.	
Análise	do Resultado Alcançado					
Os dados	s referem-se ao DPF como um	todo				
	Taxa de Conclusão de					
	Inquéritos Policiais na					
2	Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	128%
Fórmula	a de Cálculo do Índice					
Relação	Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o					
total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise	Análise do Resultado Alcançado					
Os dados	s referem-se ao DPF como um	todo				

Fonte: SIGPLAN

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade têm a finalidade de atender as ações de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união; capacitação de servidores e serviço de proteção ao depoente especial. Constata-se um alto grau de execução dos valores destinados a este programa, sendo que a relação entre despesas liquidadas e empenhadas é de 99,92%, tendo em vista que a maioria dos recursos destinam-se a diárias para cumprimento de missões policiais, sejam no âmbito desta Superintendência ou para atendimento das missões consideradas de caráter permanente coordenadas pelos órgãos centrais do DPF, entre as quais destacamos: 1) Operação Arco de Fogo destinada a reprimir e prevenir o crime contra o meio ambiente, como desmatamento, o transporte e o comércio ilegal de madeira e seus derivados, desencadeada a partir de 2008 nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará e, a partir de junho de 2009, foi estendida ao Maranhão, desde então, tem reduzido a impunidade e aumentado a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro, dando-se ênfase à neutralização dos delitos. No nosso caso específico, a participação desta Superintendência limitou-se ao envio de Policiais Federais para base dessa operação no Maranhão. 2) Operação Sentinela que tem a finalidade de prevenção e repressão aos crimes cometidos nas fronteiras do Brasil, tais como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas e, ainda, evasão de divisas e imigração ilegal, entre outros.

2.3.1.3.1) Projeto/Atividade - 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

O valor executado neste projeto totaliza de R\$ 24.453,98 e relaciona-se às despesas com viagens para atendimento das atividades desta Superintendência ou atender demanda dos órgãos centrais.

Foi realizado trabalho administrativo de atendimento a empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão. As empresas sujeitas a controle de produtos químicos apresentaram a seguinte estatística:

- Total de empresas cadastradas......197
 Empresas que renovaram a licença.....37
- 3) Empresas com cadastro em 2010...... 11
- 4) Empresas inativas......149
- 5) Empresas notificadas...... 05

Fonte: Arquivo físico DRE/SR/DPF/PI.

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A "Referência" e o "Índice previsto no exercício" informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/PI.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência e foi extraído pelo NUCART/SR/DPF/PI.

2.3.1.3.2) Projeto/Atividade 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Publica.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 53.697,63, no Piauí, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) com a finalidade de custear diárias e Suprimento de Fundos, neste último caso, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

No segmento de Inteligência Estratégica, no decorrer de 2010, visando apoiar as diversas operações ordinárias de toda a Superintendência Regional no Estado do Piauí, foram elaborados 26 Relatórios de Inteligência, 09 Pedidos de Inteligência e 35 Informações policiais. Ressalta-se que a maioria dos documentos produzidos, devido a sua natureza, são classificados como confidenciais.

2.3.1.3.3) Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 1.108.918,96, sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

A Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado neste Estado teve como principal atribuição, no ano de 2010, acompanhar todas as investigações com vertente operacional, que tramitavam na SR/DPF/PI. Nesse enfoque, calha comentar que foram deflagradas as Operações "SAVANA" (formação de quadrilha e fraude em concurso público), "EKEMONA" (formação de quadrilha para o cometimento de fraudes contra a CEF), "MOSAICO" (associação para o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro), "PEDREIRA" (tráfico de drogas), "MERCADORES" (formação de quadrilha, venda de sentenças e grilagem de terras). Além disso, a DRCOR passou a identificar – durante o ano de 2010 - os casos que precisam de uma estrutura especializada para a investigação, oferecendo suporte e diretamente participando da investigação de desvio de recursos públicos.

A metodologia de trabalho resultou na deflagração das referidas operações e, ao mesmo tempo, vem preparando as ações futuras. Especificamente sobre esse ultimo aspecto dos trabalhos gerenciais da DRCOR, impende comentar que, em 2010, os laços entre a SR/DPF/PI, CGU, TCE/PI e SEFAZ foram estreitados.

Resultados

A) Entorpecentes – apreensões:

- 1) Apreensão de Maconha: 233,26 kg;
- 2) Apreensão de Cocaína (cloridrato, pasta base, crack): 37,85 kg;
- 3) Atividades policiais realizadas:

ATIVIDADES	Quantidade
Inquéritos em Andamento	46
Inquéritos Instaurados	52
Inquéritos Relatados	61
Indiciamentos	51
Operações em andamento	04
Operações deflagradas	01
Termos Circunstanciados	01
LRE	02

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

4) Operações realizadas:

DATA	NOME OPERAÇÃO	BUSCA E APREENSÃO	PRISÃO PREVENTIVA	PRISÃO TEMPORÁRIA
22/04/2010	Ekemona	11	08	-
14/05/2010	Savana	17	-	-
24/06/2010	Mosaico	15	14	-
12/08/2010	Disfarce	13	04	08
19/11/2010	Mercadores	19	10	-
24/11/2010	Marcolândia	03	-	-
03/12/2010	Thysanura	16	-	-
09/12/2010	Ojuara	14	10	-
10/12/2010	Jogata	10	-	-

Fonte: Arquivo DRCOR/SR/DPF/PI

B) Crimes contra o patrimônio:

ATIVIDADES	Quantidade
Mandados de Prisão cumpridos em Operações	18
Operações iniciadas: 08 (oito)	08
Número de Áudios Interceptado	275.020
Inquéritos Relatados	69
Indiciamentos	46
Registros Especiais-RE	02
Autos Circunstanciados em Operações	34
Prisões em Flagrante	15
Mandados de Busca cumpridos	27
Operações concluídas	03
Informações Policiais produzidas	112
Inquéritos Instaurados	45
Termos Circunstanciados-TC	03
Infratores em TC identificados	04
Audiências Realizadas	63
Representações em Cautelares Judiciais	42

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

C) Armas e munições

ATIVIDADES	Quantidade
Portes deferidos	6
Renovação de portes deferidos	4
Portes indeferidos	3
Registro de armas furtadas/roubadas	63
Registro de armas extraviadas	19
Registro de armas apreendidas	213
Armas transferidas	1.489
Armas entregues na campanha	86
Autorizações para aquisição de armas	148
Armas registradas	7.108

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX, é oportuno pontuar:

- Criação do Cartório Itinerante que consiste numa equipe de policiais formada por Delegado, Agente Policial e Escrivão que se deslocam para regiões onde existem necessidades de diligências para finalização de procedimentos investigatórios.
- Visando a obtenção de melhores resultados procedeu-se à reestruturação da Delegacia

- de Polícia Fazendária com a criação do Núcleo de análise, consistindo na dotação de sala com infra-estrutura adequada para realização de interceptação telefônica, pesquisa em banco de dados e análise criminal. Em prenúncio a criação desse Núcleo especializado de combate a corrupção foi iniciada uma série de procedimentos investigatórios em face de gestores públicos e empresas suspeitas.
- Com fins de reduzir o número de inquéritos eleitorais em andamento a Delegacia de Defesa Institucional promoveu a realização de mutirão para oitiva de autores e testemunhas em Inquéritos Policiais de matéria eleitoral, referente ao município de Nazária/PI, no período de 09 a 13/08/2010, com a participação de todas as Delegacias desta Superintendência, onde foram ouvidas aproximadamente 200 (duzentas) pessoas. Impende também mencionar a atuação dessa Delegacia na coordenação e execução, em parte, da segurança nas eleições suplementares de: Campo Maior, Oeiras, Anísio de Abreu, Nossa Senhora dos Remédios e Isaias Coelho, todas localizadas no estado do Piauí.
- No âmbito da Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários buscou-se o estreitamento dos laços com a Gerência Executiva do INSS, a APEGR e a própria DPREV/CGPFAZ/DIREX, parceiros na tentativa de prevenir e reprimir a ocorrência de delitos previdenciários no estado do Piauí.
- Estreitamento dos laços da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-DELEMAPH com a Secretária Estadual do Meio Ambiente e com o IBAMA, parceiros na tentativa de prevenir e reprimir a ocorrência de delitos ambientais neste estado.
- Foram realizadas gestões junto à INFRAERO no sentido de ultimar as providências de transferência da Delegacia de Polícia de Imigração da sede para as dependências do Aeroporto Petrônio Portela objetivando que todas as atividades da Delegacia de Imigração seja feita no próprio aeroporto, inclusive expedições de passaporte. Esta medida também irá permitir melhor aproveitamento do espaço da Sede, visto que estamos com necessidade de readequação do Setor de Administração e Logística Policial e de outras delegacias.
- Fora realizada ampliação do horário de atendimento da DELEMIG, para garantir atendimento ininterrupto ao cidadão que busca o atendimento na delegacia, principalmente na confecção de passaportes, com horário de funcionamento das 07:00 horas da manhã até às 19:00 horas da noite.

Resultados:

I) Polícia Fazendária:

ATIVIDADE	Quantidade
Inquéritos Instaurados	52
Inquéritos Relatados	54
Inquéritos em Andamento	56
Indiciados	38
Operação em andamento	05
Operação iniciada	03

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

II) Defesa Institucional:

ATIVIDADE	Quantidade
Inquéritos Instaurados (Flagrante)	10
Termos Cirscunstanciados	27

ATIVIDADE	Quantidade
Mandados Busca Cumpridos	6
Prisões	12
Detenções de Menores	1
Apreensão de dinheiro	R\$27.474,00
Apreensão de cheques	R\$1.000,00
Apreensão de veiculos	18

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

III) Repressão a Crimes Previdenciários:

ATIVIDADE	Quantidade
Operações Realizadas	-
Inquéritos Instaurados	146
Inquéritos Relatados	93
Indiciamentos	44
Inquéritos em andamento	166

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

IV) Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente:

ATIVIDADE	Quantidade
Inquéritos Instaurados	35
Inquéritos Relatados	22
Indiciamentos	06

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

V) Polícia de Imigração:

ATIVIDADE	Quantidade
Passaportes expedidos	5.028
Carteiras de estrangeiros expedidas	52
Deportações realizadas	01
Registros de estrangeiros efetuados	52
Prorrogações de estada de estrangeiros	32
Pedidos de permanência	24
Pedidos de transformação de vistos	04
Pedidos de naturalização sindicados	06
Estrangeiros autuados	16

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

VI) Controle de Segurança Privada:

BANCOS	
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	122
POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	42
EMPRESAS	
EMPRESAS DE SEG. E VIG. PATRIMONIAL	7
EMPRESAS DE TRANSP. DE VALORES	5
EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA	21
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	2
AUTO DE CONSTAT. DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	28
AUTO DE ENCERRAMENTO / EMP. IRREGULARES	8
CERTIFICADOS EXPEDIDOS	
AUTORIZ. DE FUNC. DAS EMP. ESPECIALIZADAS	2

AUTORIZ. DE FUNC. DAS EMP. ORGÂNICAS	1
PLANOS DE SEGURANÇA BANCÁRIA	166
CERTIFICADOS DE SEGURANÇA	
CERTIFICADOS DE VISTORIA	76

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

ARMAS E CARROS-FORTES	
ARMAS ATIVAS	1.803
ARMAS INATIVAS	329
CARROS-FORTE	91
VIGILANTES	
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS - CNV	1.303
CARTEIRAS DE VIGILANTES EXPEDIDAS - CNV	1.236
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	1.865
VIGILANTES REGISTRADOS NO SISVIP / PIAUÍ	14.062
VIGILANTES EM ATIVIDADE NO PIAUÍ	3.958

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

VII) Quanto ao Setor Técnico Científico, responsável pelas perícias criminais, hoje é composto 17 peritos, 02 papiloscopistas, 02 administrativos e 02 estagiários, que atendem ordinariamente às requisições de todas as delegacias da SR/DPF/PI e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba nas diversas especialidades do setor (perícia em informática, audiovisual, eletrônica, engenharia civil, engenharia elétrica, química, farmácia, contabilidade, meio-ambiente, documentoscopia, balística, merceológica, vistoria, bombas e explosivos, varredura, morte violenta, papiloscopia, entre outras áreas). O setor historicamente também atende às solicitações da Polícia Civil dos Estados do Piauí e do Maranhão, uma vez que as mesmas não dispõem da infra-estrutura pericial adequada. Estes atendimentos são quase que totalmente compreendidos de perícias na área de química forense, e ocorrem sem prejuízo da rotina policial federal uma vez que naquela área dispõe-se de recursos humanos e materiais para fazer frente a essa demanda. São atendidas, ainda, requisições das Justiças Federal e Estadual, do Ministério Público Federal, PRF, Prefeituras e Receita Federal, UFPI, IFPI, TRT, CEF, entre outros órgãos.

Destaque-se que a partir de meados de 2009 o SETEC passou a executar, após acordo dos respectivos Superintendentes, à demanda da delegacia DPF/CXA/MA e de sua circunscrição, com exceção daquelas relativas às perícias de engenharia e contábil, uma vez que a grande demanda própria da SR/DPF/PI impede esse atendimento.

• Resultados:

I) QUADRO DE EXAMES PERICIAIS EM 2010

Área de Exame	Total
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	58
Perícias de Balística Forense	21
Perícias de Engenharia	31
Perícias de Informática	117
Perícias de Laboratório	171
Perícias de Local de Crime	35
Perícias de Meio Ambiente	16
Perícias de Veículos	36
Perícias Documentoscópicas	149
Perícias Merceológicas	15
Perícias Papiloscópicas	71
TOTAL GERAL	737

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

II) QUADRO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS EM 2010

Tipo de Documento	Total
Despacho	124
Informação	47
Informação Técnica	98
Laudo	738
Memorando	404
Ofício	152
Parecer Técnico	1
Relatório Técnico	1
TOTAL	1565

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

III) QUADRO DE PENDÊNCIAS ANTERIORES (JAN/10) E PENDÊNCIAS CORRENTES (DEZ/10) POR ÁREA PERICIAL

Área de Exame	Pendências	Solicitações	Pendências
Area de Exame	Anteriores	no período	Correntes
Indefinida	0	2	0
Perícias Contábeis e Econômicas	14	36	25
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	7	73	13
Perícias de Balística Forense	2	19	0
Perícias de Biometria Forense	0	0	0
Perícias de Engenharia	45	40	30
Perícias de Genética Forense	0	1	0
Perícias de Informática	6	67	3
Perícias de Laboratório	2	130	14
Perícias de Local de Crime	1	45	5
Perícias de Medicina Legal	0	0	0
Perícias de Meio Ambiente	11	21	12
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e	0	0	0
Cultural			
Perícias de Veículos	0	38	2
Perícias Documentoscópicas	4	157	6
Perícias em Bombas e Explosivos	0	0	0
Perícias Merceológicas	1	15	3
Perícias Papiloscópicas	3	73	5
TOTAL	96	717	118

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

IV) QUADRO <u>DE PENDÊNCIAS POR ANO DA SOLICIT</u>AÇÃO EM 31/12/2010

Ano	Pendências Correntes	
2008		01
2009		09
2010		108
TOTAL		118

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

V) ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
CRIMINAL	97
ESTRANGEIROS	126
PASSAPORTE	6
FUNCIONAL	9

ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
EMISSÃO DE FOLHAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS	1.387
INCLUSÃO DE BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRI-	1.038
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DISTRIBUICÃO JUDICIAL	7
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DECISÃO JUDICIAL	19
VIGILANTES	690
REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA - RFH	11
CONSULTA DE PESSOAS EM SISTEMA DE INFORMA-	7.371
INCLUSÃO AFIS	820
INCLUSÃO CASO CRIMINAL AFIS	61

Fonte: Relatório Atividades SR/DPF/PI

A principal dificuldade enfrentada pelo Setor Técnico Científico diz respeito a pessoal, há uma necessidade premente de recomposição do efetivo em algumas áreas periciais, particularmente, de informática, de audiovisual, de contabilidade e de engenharia, considerando o descompasso demanda x número reduzido de peritos dessas especialidades. Ainda, há de se registrar que com a remoção judicial do único perito com formação em engenharia mecânica, teremos a diminuição do efetivo de 17 para 16 Peritos. Assim, esses fatores quanto ao pessoal técnico tem alongado o atendimento das requisições de exame e, por conseguinte, repercutido diretamente no prazo de conclusão dos inquéritos policiais.

Na área de pessoal, importa destacar, também, que seria necessário recompor o efetivo de papiloscopistas considerando as atividades próprias destes servidores quanto ao acompanhamento e inclusão de dados criminais nos sistemas SINIC e AFIS, o monitoramento, a supervisão e o apoio às atividades desenvolvidas pelo Instituto de Criminalística/SSP/PI e na Seção Judiciária Federal no Piauí, e as providências que se deve acompanhar quanto à implantação do Projeto RIC neste Estado. Ainda, considerando o crescente trabalho administrativo na secretaria do SETEC e a necessidade de apoio técnico à execução de tarefas pré-periciais, torna-se necessário incrementar o número de estagiários tanto das áreas técnicas como de apoio administrativo.

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

O valor executado nesta ação foi de apenas R\$ 12.126,00, o qual foi utilizado nas ações discriminadas abaixo, observa-se que grande parte dessas ações foram voltadas para área de licitações e orçamento e finanças públicas, tendo em vista a necessidade de investir em formação dos servidores diretamente envolvidos nessas atividades, contudo há de se ressaltar que os investimentos em capacitação são ínfimos em relação à demanda de treinamento, visto que de um quadro de 56 servidores apenas 13 passaram por processo de capacitação, ou seja, 23,21%. Cumpre esclarecer que a atividade fim conta com a Academia Nacional de Polícia para realização de capacitação dos servidores policiais.

I) QUADRO DE CAPACITAÇÃO

1) QUIDRO DE CHI HEITAÇÃO			
Nome do curso	Período	Local	Inscrições
Curso de Sansões Administrativas – Penalidades aplicáveis às modalidades da Lei nº. 8.666/93 e Pregão na Administração		Brasília-DF	R\$ 1.780,00
Pública à Luz da Jurisprudência do TCU.			
Nome do curso	Período	Local	Inscrições
Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública.	22 a 26/03/2010	Fortaleza-CE	R\$ 1.980,00
Pratica Eficiente do Gestor Público nos Processos de Licitação, Contratação e Fiscalização à Luz da Jurisprudência do TCU.	13 a 16/04/2010	São Paulo-SP	R\$ 1.790,00

VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.	26 a 30/07/2010	Natal-RN	R\$ 150,00
Curso de Administração e Suporte de Redes LINUX.	17/08 a 14/10/2010	Teresina-PI	R\$ 3.266,00
Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros à Luz da Legislação Vigente.	05 a 09/07/2010	Brasília-DF	R\$ 2.280,00
XXVIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria.	27 a 30/10/2010	Fortaleza-CE	R\$ 880,00
TOTAL			R\$12.126,00

Fonte: Arquivo SELOG/SR/DPF/PI

2.3.1.3.5) Ação 4679 – Serviço de Proteção ao Depoente Especial

O valor executado nesta ação foi de R\$ 5.942,24, o qual foi utilizado para custeio de despesas com diárias.

2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

			Identificação do Pr							
Código no	Código no PPA: 0750 Denominação: Apoio Administrativo									
Tipo do P	rograma: Ap	oio às Políticas	s Públicas e Áreas E	speciais						
Objetivo	Geral: não po	ssui								
Objetivos	Específicos:	Prover os órgão	os da União dos mei	os administrat	tivos pa	ara a imp	lementação	e ges	stão de seus	
programas	s finalísticos.									
Gerente:	não possui			Responsável:	n/d					
Público A	lvo: Governo									
									Em R\$	
		Informações o	orçamentárias e fin	anceiras do P	rogra	ma			1,00	
Gestão	Dota	ção¹	Despesa	Despesa	ı	Restos a Pagar		Vo	alores Pagos	
Gestau	Inicial	Final	Empenhada	Liquidad	Liquidada nã		não processados		alules ragus	
200390	n/a	n/a	2.025.913,36	1.896.75	58,33	1.8	396.758,33		129.155,03	
200391	n/a	n/a	14.045,62	14.04	45,62	14.045,62			0,00	
Informações sobre os resultados alcançados										
	Indicador	· (Unidade]	Referência			Índice		Índice	
Ordem		(Omuade lida)	Data	Índice inicial	Indice tingi *			atingido no exercício		
1	Não	oossui	n/a	n/a		n/a		n/a	n/a	
Fórmula	de Cálculo do				•	•				
n/a										
Análise d	o Resultado A	Alcançado								
n/a		-								

Fonte: SIGPLAN

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a está UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver, este fato termina impactando de forma negativa nas atividades operacionais.

Dentre as principais ações desenvolvidas que colaboraram na melhoria da gestão podemos destacar:

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

- A) Ampliação do Controle do Sistema de Telefonia durante o ano de 2010 realizou-se a criação dos ramais virtuais, para que cada usuário possa administrar e controlar suas ligações telefônicas, por conseguinte reduzir os gastos com telefonia. Vale registrar que houve uma queda em torno de 57,95% sobre as despesas com serviços de telecomunicações.
- B) Instalação de relógios de pontos e sistema REF (Registro Eletrônico de Frequência) foram instalados relógios de pontos na SR e na Delegacia de Parnaíba e implantação do sistema REF, criando assim ferramentas gerenciais para gestão de pessoal.
- C) Implantação do Sistema de Gerenciamento Policial SIGEPOL, implantação e treinamento dos módulos de documentos, OMP (Ordem de Missão Policial) e OSA (Ordem de Serviço Administrativo), Sistema de Documentos (memorandos, ofícios, despachos, informações, portarias e outros) Recursos Humanos, Controle de viaturas, livro de plantão, o sistema é integrado e visa agilizar o processo documental com repercussão na gestão.
- D) Instalação Sistema de Vídeo Conferência Instalado o sistema de Vídeo Conferencia (Polycom) na SR e no modo Desktop (Polycom CMA Desktop), nos setores: de Logística, Recursos Humanos, Técnico Científico, Corregedoria, Delegacia Executiva, Núcleo de Tecnologia da Informação e Delegacia de Parnaíba.
- E) Implantação do SISTEMA TETRAPOL/INTEGRAPOL que tem como objetivo proporcionar a Interligação de todas as unidades do DPF por meio de uma rede de voz e dados e garantir que as informações (voz e dados) trafeguem de forma segura (criptografia), de forma a melhorar a capacidade operacional, principalmente nas operações táticas e de Inteligência Policial. A rede Integrapol também permitirá o acesso ao Banco de Dados coorporativos do DPF, como também a Interligação do DPF com outros órgãos governamentais.

2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Ouadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353

			dentificação do P	,					
C' l'	DD 4 1/		,						
	10 PPA: 13		ação: Modernizaç		ederai				
		: Apoio às Políticas							
Objetivo	Geral: Fo	ortalecer e integrar a	s instituições de se	gurança públic	a e justi	ça.			
Objetivo	s Específi	cos: Aprimorar a est	trutura e os modelo	os operacional	e gerenc	ial, ben	n como a ca	pacid	ade
executiva	a do policia	amento federal.		•	•			-	
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro Responsável: n/d									
		artamento de Polícia							
1 4011001			. 1 0001111						Em R\$
								1,00	
	Doto							1,00	
Dotação ¹		Despesa	Despesa		Restos a Pagar		Va	Valores Pagos	
Ini	Inicial Final		Empenhada	Liquidad			rocessados		U
n/a n/a		44.435,94	44.4	35,94	44.435,94			0,00	
		Inf	ormações sobre o	s resultados al	cançado	S			
	T 1'	1 (77 1 1		Referência			Índice		Índice
Ordem Indicador (Unidade Índi					ndice ź		previsto no		atingido no
	medida) Data Indice final -							exercício	
1	N	lão possui	n/a	n/a		n/a		n/a	n/a
_		lo do Índice	11/α	11/ Ц		11/ ct		-1/ tt	ща
	uc Carca	10 40 1114100							
n/a									
n/a		do Alcançado							

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional no Piauí executou recursos da Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal e se refere aos serviços de demolição de muro interno e construção de muro externo na Delegacia de Polícia de Parnaíba, tendo em vista a doação de um prédio pela União para aquela Delegacia de Polícia. Os serviços foram executados através do Termo de Contrato nº.09/2010 mantido com a Empresa Carvalho e Santana Ltda.

2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453

	Quadro A	A.2.1.6 - Demon					overno 14.	53	
	Identificação do Programa de Governo								
	Código no PPA: 1453 Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI								
Tipo do	Tipo do Programa: Finalístico								
Objetivo	Geral: Fo	ortalecer e integrar a	s instituições de se	gurança públic	a e just	tiça			
Objetivo	s Específi	cos: Enfrentar a crin	ninalidade e a viol	ência, nas suas	raízes	sociais e	culturais e	redu	zir de forma
significat	tiva seus al	ltos índices em territ	órios de descoesão	social					
Gerente	: Ronaldo '	Teixeira da Silva		Responsável:	n/d				
Público	Alvo: Ado	lescentes e jovens ví	timas da violência	, em situação d	le risco	social o	u em confli	to co	m a lei, e suas
famílias;	operadore	s de segurança públi	ca e as comunidad	es residentes n	os terri	tórios de	e descoesão	socia	ıl
									Em R\$
			rçamentárias e fii	nanceiras do P	rograr	na			1,00
	Dota	ção ¹	Despesa	Despesa	a	Restos	s a Pagar	Vo	lores Pagos
Ini	cial	Final	Empenhada	Liquidad	da	não pr	ocessados	V 0	nores r agos
	n/a	n/a	102.224,65	102.2	24,65		-		102.224,65
		nfo	rmações sobre os	resultados al	cançad	os			
	India	ador (Unidade		Referência			Índice	:	Índice
Ordem		medida)	Data	Índice	Índic	e final	previsto	no	atingido no
		illeulua)	Data	inicial	muic	e iiiiai	exercíci	o	exercício
		de Sensação de							
		ça nos Territórios							
1		oesão Social (%)	n/d	n/d		n/d		n/d	n/d
		lo do Índice							
		população da amos							
		o total da populaçã			: Índice	e de sens	sação de se	guran	iça = (Pessoas
		ras/Total de pessoas	da amostra X 100)).					
		ido Alcançado							
O índice		o do SIGPLAN, em	âmbito nacional, e	não se aplica	a esta S	R/DPF/	MS.		
		de Homicídios							
2	(000 habitantes)	n/d	n/d		n/d		n/d	n/d
		lo do Índice							
		micídios (óbitos por							
		ortalidade por homic	ídios = (Obitos po	r homicídio/Po	pulação	o estima	da no ano) l	X 100	0.000
		ido Alcançado							
O índice		o do SIGPLAN, em	âmbito nacional, e	não se aplica	a esta S	R/DPF/	MS.		
		de Vítimas de							
		iolentos Contra o							
		io nos Territórios							
		scoesão Social							
	3 (1/100.000 habitantes) n/d n/d n/d n/d n/d								
Fórmula de Cálculo do Índice									
	Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12								
	meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de								
	crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000). Análise do Resultado Alcançado								
Analise	do Kesulta	ido Alcançado							

Fonte: SIGPLAN

O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PI.

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 95.824,65 auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas para o custeio e manutenção de operações na fronteira, esta Superintendência participou com o envio de policiais federais desta Superintendência para reforço das diversas operações.

2.3.1.6.2) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 6.4

00,00 e se destinou a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.

• Armas Entregues: 86

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção		Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
-	-	1353	122R	Р	4	-	-	-	1
6	122	1353	10JJ	Р	4	%	3,00	0,05	2
6	128	1353	125I	Р	4	%	1,00	0,00	41
6	122	1353	7E37	Р	4	%	28,00	1,30	55
6	122	1353	5022	Р	4	%	40,00	0,00	44
6	122	1353	7L82	Р	4	%	110,00	0,00	2
6	122	1353	7178	Р	4	%	30,00	0,00	20
6	122	1353	5E07	Р	4	%	7,00	0,00	10
6	183	1353	8980	Α	4	%	21,00	8,81	35
6	122	1353	10HV	Р	4	%	52,00	1,30	3
6	183	1353	1778	Р	4	%	22,00	11,24	4
-	-	1353	11P8	Р	4	unidade	1,00	0,00	1
6	181	1353	8600	Α	4	%	2,00	1,23	6
6	181	1353	1899	Р	4	%	8,00	0,47	4
6	181	1353	8979	Α	4	%	8,00	4,34	111
6	122	1353	1K69	Р	4	%	2,00	6,29	11
6	183	0662	2720	Α	4	unidade	819,00	241,00	750
6	128	0662	4572	Α	4	unidade	3.000,00	730,00	3.000
6	125	0662	2679	А	4	unidade	34.564,00	38.475,00	23.076
6	128	0662	2712	А	4	unidade	1.638,00	9.801,00	1.570
-		0662	128K	Р	4			-	2
6	181	0662	2726	Α	4	unidade	1.603,00	273,00	2.834
6	181	0662	4679	Α	4	unidade	21,00	105,00	20
6	181	0662	2586	Α	4	unidade	1.680.000,00	1.579.655,00	2.932.000

Fonte: SIGPLAN e Portal SOF

O quadro aqui representa a situação do Departamento de Polícia Federal e estar compondo o relatório dos órgãos centrais.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALI- ZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

- 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes Não se aplica à unidade jurisdicionada.
- 2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital *Não se aplica à unidade jurisdicionada.*
- 2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas Não se aplica à unidade jurisdicionada. 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa
- 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ *Não se aplica à unidade jurisdicionada.*

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

	Κφ 1,00								
		UG			espesas Corrente				
Natureza da M		concedente	Classificação	1 – Pessoal e	2 – Juros e	3 – Outras			
de Cré	dito	ou	da ação	Encargos	Encargos da	Despesas			
		recebedora		Sociais	Dívida	Correntes			
	Concedidos	-	-	-	-	-			
			0181	28.192,93	-				
Movimentação			2000	4.350,72	-	2.001.968,08			
Interna	Recebidos	200390	20EV	-	-	95.824,65			
			8375	-	-	6.400,00			
			8452	-	-	37.048,46			
		UG		D	espesas Corrente	es			
Natureza da M	ovimentação	concedente	Classificação	1 – Pessoal e	2 – Juros e	3 – Outras			
de Crédito		ou	da ação	Encargos	Encargos da	Despesas			
		recebedora		Sociais	Dívida	Correntes			
	Recebidos		2000	-	-	14.045,62			
Movimentação			2679	-	-	24.453,98			
Interna	Receptuos	200391	2720	1	-	45.181,81			
			2726	-	-	1.108.918,96			
			4572	-	-	12.126,00			
Movimentação	Concedidos	•	4679	-	-	5.942,24			
Externa	Recebidos	•	-	-	-	•			
		UG		D	espesas de Capit	al			
Natureza da M	3	concedente	Classificação	4 _	5 – Inversões	6 –			
de Cré	dito	ou	da ação	Investimentos		Amortização			
		recebedora		mvestimentos	Financeiras	da Dívida			
	Concedidos	-	-	-	-	-			
Movimentação		200390	2000	19.594,56	-	-			
Interna	Daashidas		2720	8.515,82	-	-			
Intel lia	Recebidos	200391	8980	44.435,94	-				
			-	-	-	-			
Movimentação	Concedidos	-	-	-	-	-			
Externa	Recebidos	-	-	-	-	-			

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/PI somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$72.546,32, deste montante, R\$ 44.435,94 foram para demolição de muro interno e construção de muro externo na Delegacia de Polícia de Parnaíba, tendo em vista a doação de um prédio pela União para aquela Delegacia de Polícia, o restante dos recursos foram investido em equipamentos de informática destinados na sua maioria à Força Tarefa

Previdenciária. Faz-se necessário ressaltar que esta Superintendência possui uma demanda reprimida na área de investimento em materiais permanentes.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 3.384.453,45 no exercício de 2010, este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias, contratos já assinados com seus fornecedores e aquisição de material de expediente, não atendendo assim a demanda existente de novos contratos, prova disso é a falta de orçamento para contratação de manutenção predial o que em muito prejudica as atividades desta Superintendência pois o prédio é muito antigo e com uma série de problemas.

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200390

Valores em R\$ 1,00

creatios recedidos por movi	Despesa Liquidada		Despesa paga			
Modalidade de Contratação	2009	2010	2009	2010		
Licitação	-	-	-	_		
Convite	-	-	-	-		
Tomada de Preços	-	-	-	-		
Concorrência	-	-	-	-		
Pregão	1.173.434,88	1.098.471,20	1.173.434,88	1.098.471,20		
Concurso	-	-	-	-		
Consulta	-	-	-	-		
Contratações Diretas	-	-	-	-		
Dispensa	298.943,56	312.022,70	298.943,56	312.022,70		
Inexigibilidade	85.154,76	58.101,97	85.154,76	58.101,97		
Regime de Execução Especial	-	-	-	-		
Suprimento de Fundos	-	-	-	-		
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-		
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a		
Diárias	222.002,93	254.864,89	222.002,93	254.864,89		
Outras	167.236,45	275.014,41	167.236,45	275.014,41		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200391 Valores em R\$ 1.00

M I P I I I C 4 4 ~	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	44.435,94	-	44.435,94
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	П
Pregão	24.979,37	-	24.979,37	1.098.471,20
Concurso	-	-	-	П
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	ı	1
Dispensa	2.700,00	11.246,00	2.700,00	11.246,00
Inexigibilidade	33.310,00	-	33.310,00	58.101,97
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	75.157,54	57.607,46	75.157,54	57.607,46
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	916.692,54	1.149.450,97	916.692,54	1.149.450,97
Outras	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

Já o incremento apresentado no item "Outras" refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores.

2.4.2.2.) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de

despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200390

Valores em R\$ 1,00

Grupos de	Grupos de Despesa Empenhada			Liquidada 💮	RP não pro	cessados	Valores Pagos	
Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08 - Outros Benef. Assistenciais	40.032,31	32.543,65		32.543,65		ı	40.032,31	32.543,65
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-				1		
3- Outras Desp. Correntes								
39 – Outros Serv de Terc PJ	682.267,71	634.808,72	592.844,24	568.502,74	89.423,47	66.305,98	592.844,24	598.502,74
37 – Locação de Mão de Obra	423.114,02	424.981,95	423.114,02	424.981,95	ı	i	423.114,02	424.981,95
30 – Mat. Consumo	416.388,76	301.539,43	252.103,26	223.866,21	164.285,50	77.673,22	252.103,26	223.866,21
Demais elementos do grupo	667.132,62	779.911,09	662.098,06	778.526,37	5.034,56	1.384,72	662.098,06	778.526,37

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200391

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-							
					-		916.185,1	
14 – Diárias pessoal Civil	916.185,16		916.185,16				6	
39 – Outros Sv de Terceir PJ	54.954,11		49.724,11		5.230,00		49.724,11	
30 – Mat. Consumo	35.020,17		35.020,17		-		35.020,17	
Demais elementos do grupo	18.888,89		18.888,89		-		18.888,89	•

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de

Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200390

Valores em R\$ 1.00

Grupos de	Grupos de Despesa Empenhada		Despesa L	Despesa Liquidada		cessados	Valores Pagos	
Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
52 – Eq. Mat.	50.352,75	19.594,56	16.613,00	2.597,90	33.739,75	16.996,66	16.613,00	2.597,90
Permanente								
5 - Inversões	-	-	-		-	-	-	-
Financei-ras								
6 - Amortização	-	-	-		-	-	-	-
da Dí-vida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de

Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200391

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
52 – Eq. Mat.	33.021,12	52.951,76	33.021,12	52.951,76	-		33.021,12	52.951,76
Perma-nente								
5 - Inversões	-	-		-	-	-	-	-
Finan-ceiras								
6 - Amortização da	-	-	-	-	-	-	_	-
Dívida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No que se refere às despesas correntes o índice de variação em relação ao exercício anterior é de aproximadamente 2,22%, ou seja, a capacidade desta Superintendência ficou reduzida não somente em relação ao orçamento disponibilizado, mas sobretudo à capacidade de atender as diversas demandas que envolviam processo licitatório, visto que o quadro de servidores administrativos encontra-se extremamente reduzido, com apenas um pregoeiro para atender a todas as demandas, neste sentido é que esforços estão sendo envidados no sentido de formação de servidores com habilidades para atuar na área de licitações e contratos.

No entanto, cumpre esclarecer que a cota orçamentária descentralizada não atende às necessidades desta Superintendência, por exemplo a contratação de empresa especializada em manutenção predial o que impacta sensivelmente na qualidade das atividades desenvolvidas.

No que se refere a investimentos relacionados a obras e instalações observa-se uma redução em torno de 13%, devendo-se considerar que há uma demanda reprimida por todos os setores e delegacias desta Superintendências por equipamentos e materiais permanentes.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, todavia, em função da frustração diante dos resultados apresentados, circunstância que implicou no não pagamento, até o momento, pelos serviços, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados. Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o

qual possui como atribuição: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial;" Desta forma, no decorrer de 2011 deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais e estrangeiros.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

	– Situação dos Kesto	os a Pagar de exercío	cios anteriores –						
UG 200390				Valores em R\$ 1,00					
Restos a Pagar Processados									
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010					
2009	-	-	-	-					
2008	-	-	-	-					
	-	-	-	-					
	Res	tos a Pagar não Processa	dos						
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010					
2009	292.483,28	78.169,23	214.314,05	00,00					
2008	120,00	00,00	120,00	00,00					
	584,00	584,00	00,00	00,00					

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores –									
UG 200391 Valores em R\$ 1,00									
Restos a Pagar Processados									
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010					
2009	-	-	-	-					
2008	-	-	-	-					
	-	-	-	-					
	Res	stos a Pagar não Process	ados						
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010					
2009	5.230,00	30,00	5.200,00	00,00					
2008	-	-	-	-					
2007	-	-	-	-					
Observações:									

Fonte SIAFI GERENCIAL

4.2. Análise crítica

No que se refere aos restos a pagar, esta Superintendências tem feito gestão no sentido de

reduzir sua inscrição e evitado o máximo possível a permanência de RP Processados e não processados há mais de um exercício financeiro.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.

	Timelaning des Compes	Lota	ção	Ingressos	Egressos em
	Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	em 2010	2010
1 I	Provimento de cargo efetivo				
1.1	Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2	Servidores de Carreira				
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	187	7	8
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários					
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	-			
1.4.1	Cedidos	-	-	-	-
1.4.2	Removidos	-	-	-	-
1.4.3	Licença remunerada	-	-		
1.4.4	Licença não remunerada	-	-	-	-
2 1	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	4	1	1
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4	Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5	Aposentado	-			
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	20	1	1
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3	Гotal	-	211	9	10

Fonte:SRH/SR/DPF/PI

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

	Faixa Etária (anos)								
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60				
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-				
1.1. Membros de poder e agentes		-	-	-	-				
políticos	-								
1.2. Servidores de Carreira	4	74	48	53	7				
1.3. Servidores com Contratos		-	-	-	-				
Temporários	-								
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	_	-				
2.Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-				

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento					
Superior	0	2	1	1	0
2.3. Funções gratificadas	4	9	5	2	1

Fonte: SRH/SR/DPF/PI

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

	Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.	Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	5	69	111	-	-	-
	1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.	Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	_	-	-	-	-	4	-	-	-
	2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	6	15		-	-

LEGENDA

- Nível de Escolaridade

 1 Analfabeto; 2 Alfabetizado sem cursos regulares; 3 Primeiro grau incompleto; 4 Primeiro grau;
- 5 Segundo grau ou técnico; 6 Superior; 7 Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em

R	egime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1	Integral		
1.1	Voluntária	63	1
1.2	Compulsório	=	=
1.3	Invalidez Permanente	17	-
1.4	Outras	5	-
2	Proporcional		
2.1	Voluntária	4	-
2.2	Compulsório	=	-
2.3	Invalidez Permanente	13	=
2.4	Outras	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PI

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

	Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<i>1</i> .	Integral	·	-
2.	Proporcional	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/PI

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de	Quantita	tivo de contra	Custo do exercício		
escolaridade	1° Trimestre	1 2 3 7		4° Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior					
Área Fim	5	5	5	5	40.104,02
Área Meio	2	2	2	2	
Nível Médio					
Área Fim	4	4	4	4	29.295,71
Área Meio	4	4	4	4	

Fonte:DPAG/CRH/DGP/DPF

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008,

2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00 Despesas Variáveis Benefícios Tipolo Vencimentos gias / Assisten-Demais e vantagens Retribui-Adicio-Indeniza-Total Exercí Gratificações ciais e despesas fixas ções nais ções cios previdência variáveis -rios Membros de poder e agentes políticos 2008 2009 2010 Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão 19.102954,49 7.767,07 1.585534,14 870.081, 65.557,75 403.503,33 370.058,96 22.405.457, 2008 19.933685,46 5.832,21 1.684324,90 886.470, 34.825,93 495.126,83 480.639,47 23.520.905, 2009 28 08 20.798851,87 5.308,40 1.748329,90 905.213, 34.076,62 683.190,64 874.984,28 25.049.955. 2010 25 54 Servidores com Contratos Temporários 2008 2009 2010 Servidores Cedidos com ônus ou em Licença 2008 2009 2010 Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial 2008 2009 _ _ -_ _ --2010 _ Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior 2008 700.502,71 62.775,35 60.077,52 47.357,74 52.277,30 6.809,75 929.800,30 779.490,97 68.471,01 83.425,07 26.689,27 1065887,97 63.058,19 14.753,46 2009 868.654,62 76.152,68 78.428,54 29.729,27 34.411,27 26.768,99 1114145,37 2010 Servidores ocupantes de Funções gratificadas 2.686.048,14 247.445,78 86.709,01 3.425,35 20.834,77 38.352,46 3144092,30 61.276,79 2008

2009	3.346.502,90	73.675,80	291.823,28	153.266,	890,94	22.586,26	49.708,48	3938453,69
2009				03				
2010	3.370.564,28	69.820,49	286.701,24	119.320,	978,50	34.618,26	92.774,06	3974777,42
2010				59				

Fonte:DPAG/CRH/DGP/DPF

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

					Unidade Con	tratante							
Nome:	SUPER	INTEN	DÊNCIA .	REGIONAL I	DE POLICIA	FEDERAL N	O PIA	UÍ					
UG/Ge	estão: 200	0390			CNI	PJ: 00.391.494	//0034	-02					
	Informações sobre os contratos												
Ano do	Área	Nat.	Identi- ficação do	Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas			vel de l traba F	lhado		_		Sit.
con- trato			Contra- to	(CNPJ)	Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2006	L	0	03	03909976/ 0001-70	01/01/2006	31/03/2011	9	9					P
2006	V	0	07	01668768/ 0001-09	01/01/2006	31/03/2011	12	14					P

Observação: O contrato foi prorrogado excepcionalmente até 31/03/2011.

LEGENDA

 $\overline{\text{Area:}}$ (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Não existem contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra nesta Superintendência.

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2006	\boldsymbol{L}	8	Sede-SR/DPF/PI (Teresina)
03/2006	\boldsymbol{L}	1	Delegacia de Polícia Federal/Parnaíba
07/2006	V	8	Sede-SR/DPF/PI (Teresina)
07/2006	V	6	Delegacia de Polícia Federal/Parnaíba

LEGENDA

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- 3. Serviços de Copa e Cozinha;
- 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 7. Higiene e Limpeza;
- 8. Vigilância Ostensiva;
- 9. Outras.

Fonte:SRH/SR/DPF/PI

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Departamento de Polícia Federal não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação					
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5	
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à				X		
consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os			X			
servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.						
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em					X	
documentos formais.						
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e				X		
servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos,						
das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras					X	
das responsabilidades.						
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados				X		
planejados pela UJ.						
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas				X		
da unidade.						
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa)				X		
envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da						
probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para						
mitigá-los.						

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de				X	
conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no				X	
perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e					
externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em				X	
uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos	X				
internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para					X
apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens					X
e valores de responsabilidade da unidade.	-		2		_
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os	X				
riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam	X				
consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de	X				
benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão	X				
diretamente relacionados com os objetivos de controle.	-		2	4	_
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,				X	
armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente				X	
para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma					
eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em					X
todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	-		2	4	_
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua	X				
validade e qualidade ao longo do tempo.	T 7	-			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas	X				
avaliações sofridas.	**				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu	X				
desempenho.					

Considerações gerais: Esta UJ não possui sistema de controle interno.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental			valiaç	cão	
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem	X				
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos					
e matérias primas.					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade	-				
ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente				X	
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior					
quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados	\boldsymbol{X}				
por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex.					
produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a	X				
existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex:					
ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido	-	•			•
considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor			X		
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses	-	1	1	I	
produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		el	<u> </u>	21	<u> </u>
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos					Т
poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi	-				<u> </u>
incluído no procedimento licitatório?					
			I	1	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido			ļ		
	-				
manifestada nos procedimentos licitatórios?	-		ı	ı	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e					-
qualidade de tais bens/produtos.					L
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,	X				
possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da					
edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e					
materiais que reduzam o impacto ambiental.	ļ				L
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua	X				
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a				X	
diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	Rei	ıniõe	es		
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade				X	
de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus					
servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	Rei	ıniõe	es		
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: A gestão ambiental e licitações sustentáveis estão ainda em fase	1				
embrionária nesta Superintendência.					
L CCNIDA	1	<u> </u>	1	·	_

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no

contexto da UJ, porém, em sua minoria.

- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		DE IMÓVEIS DE E DA UNIÃO DE LIDADE DA UJ EXERCÍCIO 2010
	PIAUÍ	4	4
BRASIL	Teresina	2	2
	Parnaíba	2	2
	Total Brasil	4	4

Fonte:SPIUNET

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regim	Estado de Conservação		Valor do Imó	ivel	Manut	esa com enção no rcício
		<i>e</i>	Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200390	1153.00075. 500-4	13	REGULAR	N/D	01/03/2004	214.836,13	-	-
200390	1153.00076. 500-0	13	REGULAR	N/D	01/03/2004	100.872,77	-	-
200390	1219.00065. 500-6	13	REGULAR	N/D	22/03/2006	1.406.977,70	-	-
200390	1.219.00224. 500-0	13	REGULAR	N/D	06/06/2007	1.627.114,61	-	7.900,00
			Total				-	7.900,00

Fonte:SPIUNET

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Constata-se a necessidade de manutenção das instalações tanto da Sede como da Delegacia de Policia em Parnaíba, pois a falta de manutenção tem impacto na qualidade dos serviços prestados, no entanto, dada as restrições orçamentária não foi possível a contratação dos referidos serviços.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Ouesitos a serem avaliados		Avaliação				
Questios a serem avaitatios	1	2	3	4	5	
Planejamento						
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como						
um todo.				X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X		
Recursos Humanos de TI						
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.						
			04			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X					
Segurança da Informação						
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente						
com segurança da informação.				X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída						
mediante documento específico.				X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas						
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as						
necessidades da UJ.			X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do						
Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI						
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao						
desenvolvimento interno da própria UJ.			0			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da						
contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de						
gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a						
produtos e serviços de TI terceirizados?	X					

Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/PI

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

QUADRO A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 200391		Limite de Utilização da UG: 115.800,00					
Donto Jon	CDE	Limite	Va	lor	T-4-1		
Portador	Portador CPF		Saque	Fatura	Total		
Maria das Graças B. da Costa (*)	373.539.931-20	8.400,00	2.315,00	3.043,28	5.358,28		
Ester Benvindo M.Barbosa (*)	208.204.703-25	7.600,00	2.180,00	2.379,67	4.559,67		
Mauricio Siqueira Fagundes (**)	238.831.111-04	2.600,00	200,00	2.082,16	2.282,16		
Alexandre R. de Lima (**)	726.593.943-34	8.000,00	1.458,00	483,90	1.941,90		
Mabenys A. C. B de Sousa (**)	489.842.483-04	19.600,00	12.190,00	3.089,13	15.279,13		
Fcº Gesário da Silva B.Junior (**)	388.343.323-34	3.600,00	940,00	1.191,14	2.131,14		
Fernando Laerte M. de Carvalho	878.018.503-78	4.000,00	900,00	1.379,50	2.279,50		
Antonio Francisco Matos (**)	077.081.063-20	4.000,00	1.090,00	131,17	1.221,17		
Marcelo Avelino de Sousa (*)	347.853.373-20	4.000,00	1.050,00	946,62	1.996,62		
Suprimentos Sigilosos	999	54.000,00	17.804,00	9.471,96	27.275,96		
TOTAL UTILIZADO PELA UJ		115.800,00	40.127,00	24.198,53	64.325,53		

Fonte:SIAFI

QUADRO A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (série

histórica) Valores em R\$ 1,00 UG 200391 Saque Fatura Total (R\$) Exercícios Quantidade Quantidade¹ Valor (b) Valor (a) (a+b)2008 64.362,00 4.631,04 68.993,04 196 2009 182 47.759,00 42 27.040,76 74.799,76 40.127,00 2010 101 88 24.198,53 62.838,32

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica a esta UJ.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

^(*) Pequeno vulto

^(**) Regime Especial de Execução - Sem Caráter Sigiloso

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

A análise dos dados apresentados nos Relatórios de Atividades de cada um dos setores desta Superintendência Regional, documentos que serviram de base à elaboração deste Relatório de Gestão, permite considerarmos que, no geral, os resultados das ações desenvolvidas durante o exercício de 2010 podem ser considerados satisfatórios, haja vista que na área fim foi registrado o crescimento das operações policiais, obtendo-se como produto das investigações e dos inquéritos policiais instaurados, o indiciamento de 693 pessoas, cumprimento de 177 mandados de prisões, com o conseqüente enfraquecimento da atuação das quadrilhas do crime organizado, notadamente nos casos de desvio de recursos públicos e assaltos a bancos e agências dos correios.

Foram também efetuada ações preventivas, com realização de 45 palestras em escolas, inclusive firmado convênio com o Sistema "S" (SENAC, SESC, SENAI, SESI, SESTE/SENAT) e Município de Teresina como política de prevenção contra drogas.

O combate ao tráfico de entorpecentes, outra vertente de atuação dos agentes da criminalidade, mereceu atenção especial, resultando na apreensão de 233,26 kg de maconha e 37,85 kg de cocaína;

Na área administrativa, foram melhorados os sistemas de controle, com a implantação dos seguintes sistemas:

- a) SIGEPOL- Sistema de Gerenciamento Policial SIGEPOL com implantação e treinamento dos módulos de documentos, OMP (Ordem de Missão Policial) e OSA (Ordem de Serviço Administrativo), Sistema de Documentos (memorandos, ofícios, despachos, informações, portarias e outros) Recursos Humanos, Controle de viaturas, livro de plantão, o sistema é integrado e visa agilizar o processo documental com repercussão na gestão.
- b) Sistema REF (Registro Eletrônico de Frequência) foram instalados relógios de pontos na SR e na Delegacia de Parnaíba e implantação do sistema REF, criando assim ferramentas gerenciais para gestão de pessoal.
- c) Sistema de Vídeo Conferência Instalado o sistema de Vídeo Conferencia (Polycom) na SR e no modo Desktop (Polycom CMA Desktop), nos setores: de Logística, Recursos Humanos, Técnico Científico, Corregedoria, Delegacia Executiva, Núcleo de Tecnologia da Informação e Delegacia de Parnaíba.
- d) SISTEMA TETRAPOL/INTEGRAPOL (com a ativação do site TV ANTARES), colocando a atividade policial em comunicação direta através de um sistema seguro e independente de rádio celular.

Merecem ainda destaque a reestruração gerencial de vários setores, adesão ao Programa de Desburocratização e Qualidade na Gestão Pública – Gespública, lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão e a ampliação do Controle do Sistema de Telefonia - durante o ano de 2010 com a criação dos ramais virtuais, para que cada usuário possa administrar e controlar suas ligações telefônicas, por conseguinte reduzir os gastos com telefonia.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las:

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram, sem sombra de dúvida a gestão de recursos econômicos escassos, associados a um contingente de pessoal reduzido para atender a grande demanda de serviços reclamada pela sociedade, quer no que tange às atividades de polícia administrativa ou judiciária da União quer no que se refere às relacionadas à prevenção e/ou repressão dos ilícitos, fato este que se constitui num constante desafio para todos os órgãos de segurança no país.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

O desafio que se impõe ao aparelho policial do Estado é justamente o de empreender ações de inteligência para descobrir o modo de organização e atuação do crime organizado, a fim de poder modernizar e reaparelhar as instituições de prevenção e combate, de modo a assegurar o bem estar e a manutenção da ordem social vigente, tarefa que exige também não pouco investimento por parte dos órgãos governamentais.

Para tanto, faz-se necessário incrementar os investimentos relativos à aquisição de equipamentos de ponta objetivando maximizar os resultados dos trabalhos da inteligência policial, sem descuidar da melhoria do sistema de gestão que envolve planejamento, estabelecimento de indicadores e capacitação dos servidores tanto na esfera policial quanto na logística.

Outro objetivo a ser alcançado a médio prazo é a construção da nova sede desta Superintendência com respectivos mobiliários e equipamentos que possam proporcionar melhores condições de trabalho para atendimento às demandas geradas pelas expectativas da sociedade piauiense.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº $107/2010\,$

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA D	DE CONTRATOS
DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ)	Código das UGs:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí	200390 e 200391

Declaro que as informações referentes aos contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí estão disponíveis e atualizadas no sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art.19 da Lei nº.12.309, de 09 de agosto de 2010.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não tem firmado nenhum convênio, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Teresina	Data	30 de março de 2011
Responsável	Landerson de Araújo Bastos Ramos	Matrícula nº	11.904
	3		
	Landerson de Areújo Bastos Ramos		
	Adente Administrativo Agente Administrativo		
	Adente Ad		

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ SETOR REGIONAL DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art.4°, da Deisão Normativa TCU n°.107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício de 2.010, ano base 2009, na forma da lei 8.730/93.

Teresina/PI, 30 de março de 2011.

CÍCERO BEZERRA DA SH.VA Chefe do Setor de Recursos Humanos SR/DPF/PI

- III INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010
 - 1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PI - SR/DPF/PI	200390 - 200391

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n° DF-12534/O-8